

## UMA GUERRA FRATRICIDA ENTRE SEMITAS

URI AVNERY, PARLAMENTAR ISRAELENSE

Das centenas de novos funcionários do Ministério das Relações Exteriores de Israel, somente trinta são encarregados de problemas do Oriente Médio. Se dêles se subtraem os responsáveis pelos países não-árabes da área, pelo serviço de imprensa e pelos serviços administrativos, não restam mais de três ou quatro para o mundo árabe.

Esses três homens são os únicos, entre os milhares de funcionários israelenses, a se preocuparem com a concepção, elaboração e realização de projetos referentes à paz entre Israel e os países árabes, excluindo naturalmente os projetos militares.

Sobre o montante de 4,5 bilhões de libras (1,5 bilhões de dólares) do orçamento de 1966-1967, apenas dois milhões foram dedicados à Seção do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, ou seja 0,05 do total e 3% do Orçamento do Ministério, dos quais convém deduzir as despesas com a representação diplomática no Irã, com serviços anexos, gastos de secretaria, etc.

Noutras palavras, o governo israelense consagra uma parte ínfima do seu orçamento e dos seus recursos humanos (muito menos do que destina à luta contra as calamidades agrícolas) para pôr em funcionamento uma política visando passar do estado atual de beligerância à paz com os seus vizinhos árabes.

Que significam estas cifras? Significariam que o governo israelense, que é expressão da maioria dos seus habitantes, não deseja a paz? Tal conclusão seria, a um só tempo, injusta e inexata. A posição do governo, ao que parece, pode ser definida da seguinte maneira:

a) O estado de beligerância que existe entre Israel e o mundo árabe é o resultado da má vontade deste último.

b) Todos os passos para a paz dependem dos desejos dos árabes.

c) Israel nada pode fazer nesse sentido, se não constatar-se uma modificação na atitude dos árabes e antes de mais nada, a extinção por parte destes últimos do desejo de atacar.

---

*Nota da Redação* — O autor do presente artigo nasceu na Alemanha em 1923 e emigrou para Israel aos dez anos de idade. Em 1947 publicou *Guerra e Paz na Era Sêmita*, onde propunha a organização de uma confederação que agrupasse todos os povos do Oriente Médio. Em 1965 logrou ser eleito para o Parlamento de Israel como único representante de um novo partido, o Movimento das Forças Modernas.

Este artigo, incluído no livro *El conflicto arabe-israel*, KL Ediciones, Buenos Aires, foi publicado antes da "Guerra dos Sete dias". No entanto, pela importância das soluções propostas, julgou a Direção de *Afro-Asia oportuno* traduzi-lo e divulgá-lo.

d) A paz virá no dia em que os árabes se convencerem de que Israel constitui um estado de fato e que a sua existência não pode ser eliminada por meios militares, políticos ou econômicos.

Uma atitude semelhante conduz necessariamente à paralisação absoluta de toda atividade política. Tende também a admitirmos que todos os planos de acordo pacífico, todas as esperanças de uma tal iniciativa, se baseiam em ilusões perigosas, suscetíveis de debilitar os preparativos militares de Israel, sob a ameaça de um ataque árabe.

Salvo uma fração do *MAPAM*, todos os partidos sionistas (115 deputados sobre um total de 120) aceitam, de uma forma ou de outra, essas concepções. Esta esmagadora maioria sionista no Parlamento correspondendo a uma maioria perfeitamente identificável no seio da população.

Como chegou o sionismo a esta situação? A visão atual dos problemas será consequência da evolução do movimento?

Para compreender o estado atual das relações árabe-israelenses, assim como as circunstâncias que as originaram e atualmente ainda as determinam, é conveniente remontar às suas origens.

Pois embora seja certo que o sionismo já se afastou do seu passado, sua história pesa sobre o seu presente e continuará pesando ainda sobre o seu futuro.

Aqui nos deparamos com uma primeira dificuldade: tal história surge desfigurada tanto pela sua própria propaganda, como pela dos seus adversários e é mistificada e alterada pelas necessidades presentes, podendo servir de modelo, segundo os judeus, a todas as virtudes ou ser encarada pelos árabes como a história do diabo em pessoa.

É absolutamente indispensável, pois, conseguir-se uma imagem objetiva, equilibrada e completa, caso se deseje compreender tanto o seu passado como o seu presente.

Muito se poderia conjecturar sobre o que teria acontecido se o Doutor Teodoro Herzl, fundador do sionismo moderno, e os judeus "ashkenazim" de Viena tivessem sido "sefaradim" de Damasco, do Cairo ou de Jerusalém, pois o sionismo teria tomado outra orientação caso os seus fundadores tivessem compreendido o mundo árabe, não houvessem subestimado as suas potencialidades virtuais, e tivessem considerado a realidade geopolítica da Palestina árabe. Mas tais conjecturas são evidentemente retóricas.

O que nos importa saber, no momento, é que o sionismo nasceu na Europa, em fins do século passado, não só por sua cronologia, como também pelos seus aspectos intelectuais, espirituais, políticos e sociais.

Foi na época das visões de Cecil Rhodes e dos versos de Rudyard Kipling; do apogeu do romantismo imperial e da realidade colonialista. A Europa tinha conquistado e repartido a África; a Grã-Bretanha reinava sobre os mares; a Alemanha exigia seu lugar ao sol; o "pêso do homem branco" expressava o ideal moral mais elevado.

Quem teria imaginado que o processo de libertação dos povos afro-asiáticos começaria algumas dezenas de anos mais tarde? Quem teria

compreendido, então, que a vitória japonesa sobre os russos, em 1905, abriria uma nova era de retrocesso do Ocidente frente ao Oriente?

Na Europa Oriental, o nacionalismo atingira o seu ponto máximo; poloneses, lituanos, tchecos e eslovacos redescobriam um passado grandioso (real ou imaginário), e sonhavam com um Estado nacional independente e homogêneo. Naquela época, o sionismo não pôde escapar a tal influência. Historicamente, procedeu de um sonho de nacionalidade e participou dos últimos estertores do colonialismo ocidental. Ao originar-se o movimento de renascimento nacional e social, o sionismo constituiu-se como resposta ao renascimento judeu na Europa Oriental.

Milhões de judeus haviam sido marginalizados pelas nações em cujo seio viviam e não participavam dos seus movimentos nacionais. E quando o sentimento nacional surgiu entre eles, chegaram à conclusão de que a Diáspora poderia constituir-se por sua parte numa nação, que criaria um Estado homogêneo. Suas aspirações nacionais surgiam da tendência socializante, científica ou utópica, que se propagava na época.

Esta, a idéia básica do sionismo: retirar os judeus do seu estado de desânimo e transformá-los em uma nação que deles fizesse um povo igual aos outros em sua estrutura social. Os judeus viveriam do seu trabalho, em particular do cultivo da terra, numa sociedade justa e humana.

Um elemento decisivo, sempre esquecido nas polémicas atuais, é que os primeiros sionistas não sabiam onde estabelecer o seu Estado ideal. O próprio Herzl concebeu o seu projeto de forma teórica. Traçou, de forma utópica, as grandes linhas de um país a nascer, sem sítio determinado, sem território fixo. Sua idéia poderia realizar-se na Argentina, no Canadá, em Uganda, ou em qualquer outra parte. Esta atitude de teórico visionário lhe faria cometer um deslize de consequências históricas: — não pensava ele que seu Estado pudesse vir a edificar-se sobre uma terra já povoada, cujos ocupantes tivessem aspirações próprias. Apregoava que o Estado judeu nasceria em um território desabitado. Daí o fato, à primeira vista estranho e já revelado por nós: seu pequeno livro, que resume o movimento sionista, não menciona os árabes. *O Estado Judeu*, aparecido em 1896, insiste longamente sobre os horários de trabalho no futuro Estado, os direitos dos operários e a bandeira nacional, mas não se propõe à análise de um possível confronto ou contacto com outro povo. A razão é simples. Ao escrever o seu livro, Herzl não pensava em nenhum país em particular. Só ao final da redação, foi persuadido a considerar a Palestina. Introduziu, pois, no derradeiro momento, algumas linhas sobre a Terra Santa, embora sem afirmar que o Estado sionista deveria, por definição, surgir nessa região do globo. Só concordou em conferir-lhe uma prioridade relativa dentro das possibilidades entrevistadas.

“Se o Estado judeu viesse a surgir algum dia, na Palestina — escreveu — se constituiria num bastião da Europa contra a Ásia”, numa

“vanguarda contra a barbárie”. Assim, conscientemente ou não, Herzl adotou a terminologia imperialista da época. Esperava êle que semelhante formulação atrairia a atenção das potências e que estas ajudariam os judeus a fundar o seu Estado? Seu livro já havia aparecido quando Herzl, judeu assimilado no seio da sociedade cosmopolita da Viena imperial, entrou em contacto com as massas judaicas da Europa Oriental.

A idéia abstrata, fruto de um pensamento solitário, alimentar-se-á, assim, nas fontes espirituais de uma população muito densa, rica em folclore e em tradições, em costumes e em aspirações próprias. Este contacto orientou, naturalmente, o movimento para a Palestina. O projeto teórico de um Estado qualquer se ajustará então à tradição religiosa fundamental de um judaísmo que só poderia entusiasmar-se pela Terra Santa dos seus antepassados, a do primeiro e do segundo templo, onde pretendiam edificar o terceiro. Herzl aceita inteiramente esta possibilidade de atrair os judeus distanciados, assimilados ou cosmopolitas. Havia afinal encontrado raízes no povo e o eco maciço que, sem dúvida, os atrairia.

Opôs-se uma só vez aos militantes da causa, quando, no final dos seus dias, desesperançado de obter rapidamente a Palestina, aceitou a proposta britânica de um lar judeu em Uganda, como solução provisória ou definitiva do problema judeu.

O movimento forjado em sua mãos não o seguiu nessa atitude; os sionistas da Europa Oriental condenaram a idéia de um lar nacional fora da Palestina. O movimento não concordou com o seu chefe. A Palestina ficou como único objetivo.

Associaram-se, assim, dentro do sionismo, três fatores:

a) O desejo de superar a miséria e o anti-semitismo que aumentava na Europa em consequência da concentração de judeus sobre um território nacional qualquer.

b) A nostalgia religiosa e mística — dos judeus do Oriente, visando um novo retorno da Diáspora.

c) As idéias sociais, bastante confusas, tendentes a estabelecer no novo lar nacional uma sociedade socialista de trabalhadores dedicados à agricultura.

O movimento sionista funde Esdra e Neemias, Marx e Tolstói, Rhodes e Kipling.

Isto ocorreu antes que o movimento conseguisse estabelecer-se na Palestina; nos congressos, nas reuniões, em Basiléia e em Praga, em Odessa e em Berlim, em Minsk e em Kiev, sem ponto de contacto com a realidade do país divulgado, descrito e cantado pelos sionistas.

Ante essa evolução, provocada por problemas reais e pelas aspirações do judaísmo, totalmente independentes de potências estrangeiras, as afirmações anti-sionistas atuais fazem pensar num “sionismo fabricado”, montado pelos imperialistas e sem nenhuma base real.

O sionismo constitui um movimento autêntico mas as condições que envolvem o seu nascimento conduziram-no a participar da frente imperialista, nas suas primeiras aparições, no Século XX.

Podemos imaginar outras possibilidades: que teria sucedido se, tendo estudado em tempo os problemas da Palestina, os fundadores do sionismo houvessem decidido identificar-se com a ressurreição de uma nova Ásia, ligar o sionismo ao movimento nacional árabe que iniciava os seus primeiros passos e dirigir os processos de emancipação do Oriente Médio?

Mas a realidade não foi essa; o sionismo desde as origens, por sua situação, não podia conceber tais possibilidades. Estudando a existência de algumas centenas de milhares de árabes instalados na Terra Santa não os levou em consideração. Esses servos do Sultão turco, oprimidos e descontentes, agrupados em suas choupanas de terra, em um país abandonado, não apresentavam nenhum interesse.

Herzl visita a Palestina entre a aparição do seu primeiro livro e a redação do segundo — a utopia *Terra Antiga e Terra Nova*. Neste, ao contrário do primeiro, aparece o árabe desempenhando um papel secundário na sociedade judaica ideal a instaurar-se; os judeus tratariam a minoria que viveria entre eles como deve fazê-lo todo povo inteligente, progressista e democrático.

A realidade distava muito desta ficção. Os primeiros colonos sionistas entraram rapidamente em conflito com os seus vizinhos árabes. Apesar de manifestações isoladas de amizade, os atritos se agravavam com a tomada de consciência nacional dos árabes, seu medo ante o colonizador europeu que se instalara no território palestino. (Ao chamar de “colônias” os seus povoados os sionistas involuntariamente se identificaram com a colonização européia na Ásia e na África).

Herzl e seus sucessores não se interessaram pelos conflitos locais.

Segundo o exemplo de Cecil Rhodes, Herzl queria obter um mandato para fundar uma “sociedade de comandita”, estruturada sobre o modelo popularizado pela colonização britânica. Em *Terra Antiga e Terra Nova*, Herzl descreve, detalhadamente, a sociedade assim regida, sociedade a estabelecer-se na Palestina em lugar de um Estado normal.

Quem poderia conceder este mandato? O Sultão, naturalmente. Herzl ignorava totalmente a luta que já havia começado entre o Sultão opressor e os árabes subjugados.

Dirigiu-se então ao tirano Abdul Hamid II, inimigo jurado dos árabes. Desejava igualmente interessar o imperador da Alemanha para que intervisse em seu favor perante o Sultão. Finalmente, para atingir sua meta, dirigiu-se aos britânicos. Dêste modo, podemos explicar os recursos do sionismo: o Estado de Israel apoiava-se em uma grande potência ocidental.

Este apoio terminou sendo necessário face ao círculo vicioso que se havia formado; alguns dirigentes árabes, influenciados pela revolução dos jovens turcos, tinham pedido a ajuda sionista contra Constantinopla; quando os sionistas se pronunciaram por uma política de fide-

lidade ao govêrno turco, inimigo dos árabes, o conflito resultou inevitável.

Aumentou então a oposição árabe à colonização sionista. Para enfrentá-la, os sionistas buscaram um aliado anti-árabe, que não poderiam encontrar senão entre os inimigos do nacionalismo árabe. Este círculo vicioso fez nascer a orientação política pró-Alemanha, pró-Inglaterra (até o aparecimento do Livro Branco de 1932), pró-América (antes e depois da independência) e pró-França (durante a guerra com a Argélia) do sionismo.

Isto condicionou desordens que esfacelaram periódicamente o país: a revolta árabe de 1936, as simpatias hitleristas da maioria dos árabes, a guerra de separação de 1948 e o bloqueio total de Israel até hoje.

Assim, a fórmula segundo a qual o sionismo (ou o Estado de Israel) é uma criação imperialista destinada a subjugar os árabes termina sendo errônea, embora contenha algo de verdade: — a colaboração constante do sionismo, desde as suas origens até os nossos dias, com as forças imperialistas.

Para os sionistas a questão se apresenta de maneira diferente: — êle constitui um movimento autêntico que utiliza (ou se encontra na obrigação de utilizar) as potências ocidentais para o fim de lograr os seus objetivos, frente à hostilidade crescente dos árabes.

A verdade se situa entre os dois extremos: o sionismo não é uma criação do imperialismo e nunca o serviu voluntariamente, mas em grande parte é responsável por sua participação na frente imperialista. Não esqueçamos que o sionismo arrolou a seu crédito um avanço historicamente efetivo, um êxito sem precedentes: fêz ressuscitar uma língua morta (o hebraico), coisa que nenhum outro povo conseguiu (provam-no os esforços irlandeses). Criou um gigantesco plano de colonização. Transformou um povo de mercadores e emprestadores de dinheiro numa nação de operários e colonos. Fundou *kibutzim* e cooperativas agrícolas (formas de vida social únicas no mundo). Cimentou as bases de uma nova cultura. Estruturou um poderoso exército popular e uma economia técnica moderna.

Este êxito, porém, se torna menos brilhante quando se considera que se conseguiu, em parte, melhorar a condição lamentável dos judeus, prejudicou a dos árabes da Palestina. Se centenas de milhares de pessoas foram salvas do inferno nazista e lhes fôra restituída a dignidade humana, por outro lado, centenas de milhares de árabes foram condenados a uma morte lenta nos campos de refugiados. Se, finalmente, fêz surgir a nova nação hebraica, anulou a existência e a personalidade da nação árabe da Palestina.

Por vêzes, o bem e o mal se acham intimamente ligados. Os sionistas adquiriram, antes da independência, grande quantidade de terras onde se instalaram os colonos que abandonaram suas profissões liberais e seu nível de vida burguês, para ganhar o pão com o suor do seu rosto. Mas, adquirindo a terra dos latifundiários árabes, que viviam

no Cairo ou em Beirute, êles deserdaram, às vêzes com a ajuda da polícia britânica, os “felás” nela instalados desde muitas gerações.

Para transformar um povo de mercadores numa nação ideal de trabalhadores, os sionistas tiveram que criar a possibilidade de empregá-los. Não admitiram que os judeus proprietários de laranjais utilizassem a mão-de-obra árabe, mais barata e mais produtiva. Precisavam assegurar o trabalho hebraico. Haviam visto o sangue correr com frequência e se mobilizaram para expulsar os árabes em nome do socialismo; acreditaram sinceramente que tal forma de agir contribuiria para a realização de um ideal progressista e elevado, para a edificação de uma sociedade de trabalhadores, produtiva e justa. Muitos dos *kibutzim*, entre os mais esquerdistas, como os do *Mapam*, que tinham por bandeira a fraternidade dos povos e a amizade judaico-árabe, se instalaram sôbre as terras confiscadas durante a guerra de 1948, depois que os seus proprietários árabes fugiram ou foram obrigados a viver de esmolas nos campos de refugiados.

Os sionistas visavam a realização de um ideal elevado, jogando sôbre os árabes tôda a responsabilidade pelas conseqüências. Os árabes, por sua vez, enxergaram no ideal sionista a profunda hipocrisia de conquistadores cruéis que tomaram as suas terras e expulsaram seus habitantes. O futuro histórico poderá, sem dúvida, estabelecer a imagem objetiva de um grande movimento histórico, incontestável e com trágicos erros, movimento que se não foi totalmente positivo, também não foi completamente negativo.

Com a independência de Israel, o movimento sionista morreu, de morte natural. Conserva ainda, porém, uma existência fictícia, agindo para a coleta de fundos e para mobilizar a opinião pública em favor de Israel.

A idéia sionista sôbre a concentração de todos os judeus em um Estado não se realizou. Quando as portas do nôvo Estado se abriram para todos, houve uma seleção natural: os que quiseram, sobretudo as comunidades pobres ou oprimidas, para lá se encaminharam; outros, não.

Atualmente, dois milhões e meio de cidadãos israelenses são de origem judaica. Mais de seis milhões de judeus vivem no Ocidente, livres para partir para Israel mas sem que o façam. Êles se identificam com Israel, como os americanos de origem irlandesa se identificam com o destino da Irlanda. Contribuem com dinheiro, gostam de visitar o país, orgulham-se dêle, mas nem de longe pensam em nêle instalar-se, em servir ao seu exército ou em pagar-lhe impostos.

Não sabemos como reagiriam os três milhões de judeus soviéticos se pudessem emigrar. Uma parte, provavelmente algumas centenas de milhares, partiria, sem dúvida, ainda que haja quem afirme que a emigração sômente seria possível com uma liberdade definitiva e que, nesse caso, os judeus soviéticos não sentiriam a necessidade de abandonar a União Soviética.

Assim, como movimento mundial de imigração para Israel, o sionismo chegou ao seu têrmo, a menos que os judeus sejam ameaçados por

uma catástrofe imprevista em algum país (nunca se compreendeu porque certos árabes incentivam o anti-semitismo em várias nações, ajudando dêste modo a propaganda sionista, que visa convencer os judeus a abandonarem seus países e partir para Israel).

Mesmo em Israel, o sionismo tornou-se anacrônico. As novas gerações nascidas na Palestina e sobretudo as mais novas dentre elas, nascidas após a independência, conhecem apenas um patriotismo local. Interessam-se por Israel; dizendo porém "nós", pensam em uma nova nação israelense, mas não nos judeus de Brooklin ou de Budapest.

Israel deixou por isso de ser um Estado sionista? Infelizmente, não. Pelo contrário, como sempre, a ideologia faz retardar a realidade.

A ideologia sionista ainda domina todos os aspectos do regime atual de Israel. Ela é ensinada às crianças desde a mais tenra infância e em tôdas as escolas, e são utilizados, para sua difusão, todos os canais de persuasão, públicos ou privados. Em que consiste tal ensinamento nos tempos modernos? Concretamente, pode-se defini-lo da maneira seguinte:

- a) Os judeus do mundo inteiro constituem uma nação.
- b) O Estado de Israel é um estado judeu destinado aos judeus do mundo inteiro.
- c) A difusão dos judeus é provisória, desde que, mais cedo ou mais tarde, o seu destino será o de emigrarem para Israel.
- d) Esta hipótese constitui a "razão de ser" do Estado; trata-se de uma virtualidade à qual se prendem tôdas as outras.

Tal ideologia, na qual se baseia a ação do regime, pode ter graves conseqüências, já que põe de lado o problema principal do país: a sua integração numa região com maioria árabe. Estes dois aspectos surgem contraditórios para muitos israelenses; pensam êles que uma integração regional equivaleria a uma rutura com os judeus do estrangeiro, ou o que é equivalente, que os refugiados palestinos passariam a ocupar os lugares reservados aos emigrantes judeus.

A mística de uma nação judaica universal, que domina os habitantes de Israel, é utilizada como propaganda do país no resto do mundo. No entanto, o estudo do problema entre árabes e judeus ocupa um lugar secundário. Tal problema retarda o reconhecimento dos trezentos mil árabes de Israel como inteiramente associados aos destinos do país, o que resultará num estado multilateral, bilíngüe e multinacional, não só de direito como de fato.

Certas anomalias de Israel, a união entre a religião e o Estado, a impossibilidade de casamentos e divórcios civis, a influência considerável dos rabinos, a sobrevivência de organismos oficiais dependentes da organização sionista (e não do Governo), a discriminação legal (a lei de retôrno entre judeus e não-judeus) são justificadas pela divisa do regime de manter sua característica de estado "judeu".

Nenhuma diferença real existe a respeito de tais tópicos entre os partidos da maioria (Mapai, Mapam, Partido Religioso Nacional, etc.) e os da oposição (Movimento Nacional Extremista: Geirut, Partido Liberal da Direita, Partido Rafi, os religiosos extremistas, etc.). Mesmo os comunistas judeus, durante tanto tempo anti-sionistas, procuram agora equiparar-se aos demais partidos, quanto a este ponto-de-vista, graças ao Partido Comunista Sionista.

Uma infinidade de matizes, reais ou fictícios, separam estes partidos entre si. Mas tais diferenças não são maiores que as existentes nos Estados Unidos, entre as várias alas do Partido Democrata. Com exclusão dos comunistas árabes, cuja influência sobre a opinião pública é praticamente nula, existirão outros fatores políticos em Israel?

A um ano atrás a resposta seria negativa. Apenas grupos restritos com publicações limitadas a um ou outro bi-semanário com grande tiragem.

Eles refutavam as teses sionistas, dessa ou daquela maneira, mas não constituíam uma força política.

Nas vésperas das eleições de 2 de novembro de 1965, surgiu a primeira tentativa de constituição de uma nova força política. Esta, o Movimento de Forças Novas (Haolam Hase), alcançou o que nenhum grupo recente havia conseguido desde a independência — ultrapassar o número exigido de votos para obter um deputado sobre 120.

Os eleitores desta nova tendência eram, na sua maioria, jovens intelectuais nascidos e criados em Israel.

Dá a significação particular deste movimento, porque os seus dirigentes esperavam erigir-se em pioneiros da geração post-sionista, tratando de encontrar uma resposta original para os problemas do país. Não esqueçamos que o nascimento de outros partidos políticos precedeu de duas ou três gerações o nascimento do Estado de Israel e se bem que alguns deles defendessem diferentes pontos-de-vista e mudassem por vezes, de nome, sua ideologia não evoluiu desde 1920.

Tentarei agora resumir os princípios deste novo movimento, tais como foram expostos em debates, publicações e nas declarações do seu Deputado no Parlamento, onde formava uma minoria de um único membro, enfrentando 119 adversários, uma minoria atacada por todas as facções.

Não somos sionistas; nem a favor nem contra os sionistas.

Consideramos o sionismo como uma sobrevivência do passado, um grande movimento que já desempenhou seu papel histórico deixando-nos uma herança, em parte positiva e em parte negativa.

Somos israelenses e nos interessamos, como os demais, pelos diversos aspectos da nossa vida nacional.

Tal definição nos obriga, antes de tudo, a reafirmarmos nossa atitude frente aos judeus da Diáspora: assumiremos com os mesmos relações normais, abstraindo-nos de uma fraseologia mística e levando em conta, sobretudo, a realidade presente.

Os judeus do mundo não constituem uma nação, no sentido de uma comunidade com fins políticos e administrativos. Não convém subestimar nem condenar as poderosas ligações existentes entre os judeus dos diversos países, em decorrência de tradições comuns e de sofrimentos suportados também em comum.

Os judeus de fora de Israel exteriorizam um sentimento profundo pelo Estado de Israel, da mesma forma que a maior parte dos israelenses de origem judaica. Isto não significa, porém, que Israel seja (ou possa vir a tornar-se) um Estado judeu onde os correligionários do estrangeiro gozem de privilégios particulares e para os quais devam existir obrigações especiais.

Eis aqui as conclusões concretas:

- a) Israel deve constituir-se em um estado multilateral moderno que não pratique discriminações entre hebreus, árabes e outros habitantes.
- b) Convém destruir as ligações existentes entre o Estado e a religião, provocando uma separação completa entre a Sinagoga e o Estado.
- c) É necessário abolir-se a "Lei do Retorno" que oficializa e legaliza a discriminação entre os que são judeus e os que não o são, permitindo certos privilégios aos primeiros.

Propomos constituir um Parlamento que tenha por objetivo fixo a abrogação desses direitos, oferecendo uma última possibilidade a cada judeu de decidir se quer ou não instalar-se em Israel.

Isto provocará a normalização neste domínio e permitirá que a imigração se efetue de acordo com leis igualitárias. Isto não significa que nos oponhamos à imigração judaica, ao contrário, pensamos que toda imigração e em particular, a judaica, seria beneficiada por um país ansioso por ver aumentar sua população ativa.

Mas não encontramos nenhum interesse em constatar suas desastrosas conseqüências, por ostentar o *slogan* irrealizável da reunião dos dispersos e da concentração em Israel dos judeus do mundo inteiro. Pelo que vemos, isto não tem a menor possibilidade de realizar-se. Os judeus dos países pobres têm vindo: os outros não manifestam a menor intenção de emigrar em massa; chegam, isoladamente, como em qualquer outro país de imigração. Convém, pois, prever e esperar um crescimento lento da população israelense.

Não é possível levar a sério a imigração de milhões de pessoas, como sucedeu durante os anos que se seguiram ao da independência, quando se verificou a chegada de um milhão e meio de judeus.

Este fato deve ser sublinhado, já que o mito de Israel submerso por milhões de habitantes, que não encontravam outra parte do mundo para onde ir, já desapareceu. O Estado de Israel continuará como um país de dois milhões e meio de habitantes que chegarão possivelmente a três ou quatro milhões: uma sociedade industrial desenvolvida que contará com o apoio material ou moral da Diáspora e deverá encontrar seu legítimo lugar em uma região com maioria árabe.

Como proceder? Convém, antes de tudo, dissipar certas ilusões difundidas em Israel. Neste país, nenhum grupo político afirma sua oposição à paz com os árabes. Aquêles que, como o General Moshe Dayan, um dos chefes do Partido Rafi, proclamam que a paz, se vier a ser alcançada, em nada alterará a situação, constituem uma fraca minoria.

A maior parte dos israelenses e seus partidos desejam, pelo menos teoricamente, a paz. A paz significaria o reconhecimento do *status-quo* em todos os seus domínios.

Não é fácil acreditar que essa paz esteja próxima ou que sua realização dependa unicamente de Israel. Nessas condições, como a doutrina oficial trará a paz?

Uma ilusão a dissipar-se é a de que a paz virá no dia em que os árabes se acalmem ou se convençam, definitivamente, da potência do exército e da técnica israelenses (coisas em que jamais poderão competir com Israel). Ou a de que os árabes aceitarão sentar-se à mesma mesa com os israelenses e iniciarão sem dificuldades o diálogo que conduzirá à paz sem concessões por parte de Israel e certamente sem o retorno de uma parte dos refugiados.

Tais ilusões se baseiam sobre o desconhecimento da posição dos árabes. Depois de duas gerações, seus dirigentes afirmam que Israel constitui um corpo estranho no seio de uma região árabe e acreditam que Israel representa o papel de instrumento do colonialismo; um Estado incongruente cuja existência jamais reconhecirão.

Renunciar a esta atitude significará desmentir a intensa propaganda que faz nascer, depois de vários anos, uma torrente de ódio no coração das massas. Nenhum dirigente árabe poderá fazê-lo e conservar a popularidade necessária à realização da sua política.

Convém pois modificar o estado atual das coisas e, em primeiro lugar, o clima moral do mundo árabe.

Seria insensato acreditar que uma mudança de tal ordem venha a produzir-se sem uma séria iniciativa israelense, coordenada e paciente.

Sòmente uma longa série de iniciativas de importância internacional reduzirá progressivamente a distância existente, criando uma atmosfera mais propícia.

Por enquanto, os dirigentes árabes, ou uma parte dêles, não poderão aceitar, abertamente, o diálogo, sem condições. É necessário saber o que Israel estaria disposto a conceder e em que aspectos modificaria sua posição, logo no início do diálogo.

Por uma razão muito simples. Israel pede sòmente o reconhecimento de sua existência. Esta modificação, fundamental para a posição dos árabes, poderá pressupor a aceitação de diálogos oficiais.

Mas não se pode exigir que êles aceitem a reivindicação de Israel antes das negociações, desde que Israel sòmente no decurso das mesmas venha a dizer que estará disposto a dar alguma coisa em troca.

A ilusão de uma pacificação obtida por um processo interno, entre os árabes, sem qualquer atitude por parte de Israel, não resiste à prova

dos fatos, mas deve-se esperar que ante uma séria iniciativa israelense, os árabes responderão com iniciativas análogas, conduzindo seu diálogo para uma colaboração entre as forças do país e modificando progressivamente o clima político.

Convém julgar, segundo êste ponto-de-vista, a tentativa tão louvável do presidente Abib Borguiba.

Outra ilusão, não menos resistente, se relaciona ao papel a ser desempenhado pelas grandes potências. É muito comum entre os dirigentes políticos a afirmação de que as grandes potências ou algumas delas provocaram o conflito árabe-israelita e, se provocaram, deverão esforçar-se para extingui-lo, a fim de não colocar em perigo a paz mundial e impor às partes litigantes (no caso, aos árabes) uma solução pacífica. A situação internacional não parece, infelizmente, aceitar tal eventualidade. A discórdia subsiste entre a URSS e os Estados Unidos. O bom-senso não penetrou o espírito do Presidente Charles de Gaulle; não obstante, afirmam que chegará o dia em que o conflito entre Moscou, Washington e Paris (e provavelmente, Pequim) encontrará sua solução e será assegurada a paz.

Trata-se de uma suposição otimista, que libera Israel de toda iniciativa e torna responsáveis pela situação elementos externos, que Israel não pode controlar.

Ben Gurion e seus partidários, assim como seus herdeiros atuais, retornam sempre, de um modo ou de outro, a essa mesma idéia.

Há fundamentos para tal esperança? O clima de coexistência pacífica influirá muito, sem dúvida, sobre a situação em nossa região. Uma discreta intervenção dos grandes, acompanhada de uma pressão concentrada, poderá impedir um agravamento do conflito por atos de franca hostilidade.

Mas será ingenuidade acreditar que se possa obrigar um determinado país a negociar a paz com um outro que seja considerado uma ameaça à sua existência ou o priva de seus legítimos direitos.

Muitos israelenses não teriam acreditado nessa ilusão se não estivessem convencidos de que o movimento árabe era uma invenção britânica, destinada a criar dificuldades para o sionismo. Esta crença foi muito popular nos anos 30 e 40, quando os árabes acreditaram, por sua vez, que os ingleses sustentavam e animavam o sionismo a fim de abrir uma brecha no nacionalismo árabe. Somente os ingleses com o seu maquiavelismo seriam capazes de fazer nascer uma idéia tão contraditória e absurda!

Na realidade, o movimento nacionalista árabe constitui um movimento tão autêntico quanto o sionismo. Fatores externos podem ter influenciado, explorado ou desviado o seu desenvolvimento mas não foram capazes de modificar sua significação. O conflito árabe-israelense nasceu entre dois movimentos históricos quando cada um queria alcançar o seu objetivo sobre o local escolhido pelo outro. Tal oposição, existente desde os primeiros momentos, teria forçosamente de fazer explodir o conflito, independentemente de qualquer intervenção estrangeira.

Fatores externos podem desempenhar um papel essencial nas situações mais delicadas, mas não podem dar origem a um processo nem forçá-lo a desenvolver-se.

Em síntese: o conflito arabe-israelense constitui o elemento essencial! A influência externa, positiva ou negativa, nunca deixará de ser um fator secundário.

Surge agora uma questão fundamental: uma confrontação entre quem e quem? Um dos personagens se acha nitidamente definido — o Estado de Israel, representante soberano da personalidade da maioria de seus habitantes. E o outro?

Falamos na “nação árabe-palestina”; opomo-nos assim, novamente, à sacrossanta doutrina do oficialismo israelense — a negação, pelos dirigentes da personalidade nacional dos árabes palestinos, não se relaciona com a independência; ela a precedeu de muito.

Nôvo paradoxo histórico: a propaganda sionista reconheceu um Estado árabe unificado antes que as massas árabes o tivessem feito. E isto serve de argumento para os sionistas, quando exigem a exclusão da Palestina do mundo árabe. Com a finalidade de estabelecer um Estado que solucionasse a questão judaica, o sionismo afirma: — um território imenso se encontra à disposição dos árabes e a Palestina constitui uma porção ínfima do mesmo; os árabes não sofrerão, absolutamente, se lhes privarmos desse território para que a injustiça histórica, da qual foram vítimas os judeus, seja afinal reparada.

E é deste modo que o pan-arabismo completa, naturalmente, o pan-judaísmo da doutrina sionista.

Apesar da feroz oposição contemporânea dirigida por Gamal Abdel Nasser, os dirigentes israelenses compreendem que o pan-arabismo lhes traz vantagens. Se todos os árabes constituem uma única nação, desaparece o problema palestino e os árabes da Palestina, em particular, os refugiados, poderão integrar-se nesta nação global.

Se os dirigentes israelenses se alegraram com a recente perda de prestígio de Nasser, devem lamentar suas conseqüências: o fortalecimento da disposição árabe de afirmar uma personalidade palestina.

Na realidade, se os árabes não constituem uma única nação, se se admite que se encontram separados em diversos países, Síria, Tunísia, Argélia, etc., nesse caso, surge um problema — quem são os árabes da parte oeste da Jordânia? E sobretudo quem são os refugiados?

Quem busca uma solução concreta deve considerar a realidade. A nação palestina perdeu a guerra quando da partilha de 1948; todos os demais participantes ganharam algo: Israel, a sua independência e territórios que ultrapassam as fronteiras fixadas pela ONU; o Egito, a faixa de Gaza; o reino da Jordânia, a margem ocidental do rio; e até a Síria obteve uma recompensa simbólica — a desmilitarização das terras israelenses ao longo das suas fronteiras.

Os únicos que saíram perdendo foram os árabes palestinos; perderam sua independência (ou mais exatamente, uma independência pro-

metida, mas nunca, realmente, alcançada) e sua personalidade nacional. Um nação, porém, não desaparece por completo, em nossa época, depois de uma derrota militar, ainda que haja perdido sua independência política.

A paz árabe-israelense deverá ser pois concluída em primeiro lugar, entre Israel e a nação palestina árabe. Não há nenhuma oportunidade de obtê-la, negando a existência de tal nação.

Donde provém esta atitude negativa? Principalmente da má vontade de abordar o problema dos refugiados, muito embora o reconhecimento da personalidade palestina, fora do diálogo, pudesse contribuir para resolver este problema de maneira justa e satisfatória.

Quanto a nós, não nos opomos à existência de uma nação palestina, ainda que sua personalidade não se manifeste, atualmente, em um lugar soberano. Ao contrário, pensamos que seria mais útil negociar a paz com esta nação vencida e dominada, à qual podemos ajudar tanto, que com os países para os quais a paz não representa algo urgente.

Precisemos nosso pensamento:

- 1) Urge reconhecemos a existência de uma nação palestina árabe.
- 2) Esperamos que ela se liberte dos interesses estrangeiros (jordanianos, sírios e egípcios) e que surja na arena política como um personagem de valor, com sua personalidade autônoma.
- 3) Nossos propósitos de paz se dirigem, em primeiro lugar, para esta nação, muito mais que para o mundo árabe.

Qual poderá ser o conteúdo de uma iniciativa israelense destinada a uma nação palestina que ainda não possui representantes oficiais?

De imediato, Israel pode contribuir de maneira decisiva para a realização de um objetivo imediato — a criação de um Estado palestino-árabe.

De acordo com o projeto inicial da partilha, a Palestina, a oeste do Jordão, deveria ser dividida entre dois Estados. Ou seja um enclave internacional que os acontecimentos acabaram por esvaziar de todo o conteúdo. Ao lado do estado judeu deveria nascer um estado árabe.

Em troca disto, a faixa de Gaza foi entregue ao Egito constituindo uma zona por êle administrada.

A maior parte da população de árabes palestinos passou a pertencer ao reino hachemita da Jordânia que afirma representar a personalidade palestina, ainda que a imensa maioria dos árabes repila tal pretensão, enxergando no reino hachemita uma dominação estrangeira.

Israel garante atualmente a sobrevivência da Jordânia, bem como o *status* dessa região. Se Israel quisesse, a Jordânia teria desaparecido em pouco tempo. Israel pode, portanto, desempenhar um papel decisivo na criação de um Estado palestino e na formação de um verdadeiro nacionalismo palestino.

Deverá fazê-lo? O governo israelense (e mesmo um partido como o Mapam) são pela negativa, para evitar a implantação nasserista na Jor-

dânia e o estabelecimento de um Estado pan-árabe unificado que ameaçaria a existência de Israel. Pensamos que os interesses de Israel não conflitam com os da Palestina; e recordamos as palavras de Jaim Arlozoroff, chefe do governo e ministro das relações exteriores do sionismo, em 1933, pouco antes do seu assassinato em Tel-Aviv: “Não aceitaremos a idéia de que o que é bom para a Palestina é mau para Israel ou o que seja bom para Israel seja mau para a Palestina”.

Vislumbramos uma aliança israelense-palestina como favorável a Israel em suas aspirações palestinas, sobre as seguintes bases:

- 1) Um Estado palestino se estabelecerá sobre todo o território palestino, fora das fronteiras de Israel.
- 2) Os problemas entre as duas partes serão resolvidos por meios pacíficos até que chegue o momento das conversações diretas entre o governo israelense e a Palestina, ainda por nascer.

Tais problemas compreendem essencialmente a cooperação e a união econômica, a abertura das fronteiras, a livre circulação, a retificação de fronteiras essenciais para ambas as partes, e, talvez, com o tempo, um sistema federal que regulamente os interesses comuns.

O leitor árabe perguntará então sobre este ponto: — “e o retorno de Israel aos limites fixados pela ONU em 1947, que implicaria numa modificação notável do traçado das fronteiras?”

Responderei francamente que não vemos nenhuma possibilidade para isto. O plano de partilha nunca constituiu um projeto satisfatório. Para seus próprios autores nunca passou de “um mal menor”. Quando traçaram, em poucos meses, essas fronteiras, foram elas consideradas uma linha de demarcação quase-federal. Jamais imaginaram que serviriam de limite entre dois países inimigos, que se ameaçassem mutuamente com ataques militares.

A guerra eclodiu porque os árabes não aceitaram o plano da ONU: estas fronteiras desapareceram para sempre. No curso da luta, a estratégia fixou novos limites: a linha de armistício que constitui a fronteira atual.

O otimismo mais cômico não pode pensar que a situação atual venha a modificar-se por fecharem-se os olhos ante a mesma. Mesmo sob condições as mais ideais, passar-se-ão anos até que a animosidade ceda lugar a uma aceitação recíproca que traria a confiança mútua.

Atualmente ninguém deseja, na realidade, modificar por sua própria iniciativa, suas linhas de defesa.

Dêste ponto-de-vista, é razoável dizer-se que a História nunca retrocede. O exército árabe se encontra hoje a 15km de Tel-Aviv, a cidade mais populosa de Israel. A altura de Natânia encontra-se ainda mais perto do mar. Poder-se-ia, em tais condições, convencer a opinião israelense de aceitar uma paz que aproxime ainda mais o exército árabe do coração do país?

A questão perderia, provavelmente, sua importância, depois de longos anos de vida em comum, de uma nova era de confiança e de paz

efetiva. Até então, mais vale congelar o problema das fronteiras e limitá-lo às modificações indispensáveis.

Temos a impressão, no entanto, que Israel tem de modificar radicalmente sua atitude frente aos refugiados. Será a solução deste problema, o preâmbulo político e moral de qualquer proposta de paz à nação palestina e ao mundo árabe?

Já tive de expor nossa posição sobre esta questão nas colunas de um importante diário francês, *Le Monde*. Repito aqui o essencial, ainda que este problema crucial mereça uma análise detalhada.

Reconstituir o encadeamento dos fatos não nos será útil, mas é conveniente sublinhar que as responsabilidades devem ser repartidas, contrariamente ao que afirmam ambas as partes. É certo que na primeira fase da guerra de 1948 os dirigentes palestinos provocaram a fuga dos árabes dos territórios conquistados por Israel e que, em uma fase posterior, os líderes israelenses contribuíram por tôdas as maneiras, para a fuga desses árabes. Mas, sobretudo, o êxodo árabe ante o avanço dos israelenses foi uma conseqüência inegável da natureza desta guerra, do ódio mútuo, não menos importante que as operações militares. Existem diversas possibilidades de reavivar este problema, mas é necessário reconhecer definitivamente que nenhum líder árabe aceitará, num futuro previsível, uma solução que não se baseie no direito dos refugiados de regressarem ao território israelense.

Propomos o reconhecimento desse direito e isto deverá ser feito, sem intervenção nem pressão de uma terceira potência, através de uma proposição unilateral de Israel, com base nos seguintes princípios:

1) As famílias de refugiados escolherão, livremente, entre retornar a Israel e o recebimento de uma indenização; a liberdade de escolha condiciona a realização do projeto.

2) Aquêles que renunciarem ao direito do regresso, por livre e espontânea vontade, receberão compensação adequada à perda de seus bens, de seus meios de subsistência, ou qualquer outro dano.

3) Aquêles que escolherem o retôrno, regressarão a Israel em dez grupos anuais de iguais proporções.

4) A ordem de entrada no país será fixada pelas autoridades israelenses, levando em conta fatores econômicos, militares, etc.

5) O *status* dos repatriados será o mesmo do emigrante judeu. Serão integrados aos planos de desenvolvimento. É necessário dissipar a ilusão de que cada refugiado encontrará sua casa e seu povoado (porque eles não existem mais). O retôrno dos refugiados não pode ser ligado à expulsão dos imigrantes estabelecidos sobre suas terras, porque não se repara uma injustiça com outra. Novos povoados, novas indústrias e outros meios de vida serão criados levando-se em conta as necessidades dos repatriados.

6) Tôda essa ação deverá ser financiada por fundos internacionais.

7) Serão levados em consideração os bens judeus abandonados nos países árabes, pelos imigrantes de Israel.

Elaboramos ainda um plano mais detalhado, levando em conta os problemas militares, econômicos, políticos e culturais que este esforço exigirá de Israel.

Temos mantido inúmeras conversações com dirigentes árabes e eles afirmaram, em linhas gerais, que tal projeto lhes parece aceitável.

A oposição principal do regime israelense aos planos mencionados provém do desejo sionista de fazer de Israel um Estado judeu homogêneo. Mas esta utopia está sendo dificultada pela realidade — uma minoria árabe (12% da população) vive em Israel e o retorno de uma parte dos refugiados não alterará a natureza do país.

É conveniente falar do estado atual da minoria árabe em Israel. E para tal é necessário evitar exagerações estereis. Os árabes israelenses não constituem um grupo servil, no sentido habitual do termo.

Eles progrediram consideravelmente e ultrapassam economicamente a maioria dos árabes, se bem que sua situação seja inferior a dos hebreus de Israel.

Desfrutam de muitos direitos civis, entre eles o de poderem ser eleitos para o Parlamento.

No entanto é desastroso que se lhes prive, na prática, de muitos direitos fundamentais. Acham-se sujeitos a uma jurisdição militar; utiliza-se contra eles uma legislação de exceção que remonta ao tempo do domínio britânico; sua liberdade se encontra condicionada de fato e, sobretudo, não participam da vida integral do país.

Fazem-se tentativas para explicar esta situação por múltiplas razões, ou melhor, pretextos. Afirma-se, com justiça, que enquanto o estado de guerra se prolongar entre Israel e o mundo árabe, não se poderá ignorar o perigo que constituirá uma importante minoria árabe no país. Dizem também, e com razão, que as dificuldades provenientes do atraso da sociedade árabe são anteriores à criação do Estado.

No meu entender, o maior obstáculo reside na atitude do regime, persuadido de que Israel deve constituir um Estado judeu homogêneo e uninacional, não pode, no caso, considerar os árabes como cidadãos mas como um mal necessário.

Nós, os que exigimos um Estado de Israel pluralista, laico e democrático, não participamos desta atitude. Gostaríamos de associar plenamente, de fato e de direito, os árabes de Israel a todas as estruturas do Estado, desde o governo e a administração, até a equipe nacional de futebol, através de projetos de desenvolvimento.

Ante tal estado de coisas, propus, logo na primeira reunião da nova magistratura, que o presidente do Parlamento (que substituí o chefe do Estado) fôsse um árabe. A presença de ministros árabes, de diplomatas árabes-israelenses em Capitais estrangeiras e na ONU, de cientistas árabes nas delegações israelenses nos congressos internacionais, a criação de "Kibutz" ou aldeias cooperativas árabes e o estímulo para a formação de instrutores culturais árabes, tudo isto contribuirá para aclarar a atmosfera de Israel e também para o surgimento na região de um novo clima, de acordo com as suas necessidades.

Mas nada disto poderá ser alcançado sem uma modificação fundamental da atitude israelense em relação ao mundo árabe.

Já mencionamos o círculo vicioso que levou o sionismo, antes da independência, a apoiar elementos anti-árabes. Depois da criação do Estado, a situação se agravou em consequência do bloqueio. Assim Israel inclinou-se para os setores conservadores a fim de obter armas e ajuda para resistir ao bloqueio.

Em 1964, Israel apoiou os elementos mais reacionários do Partido Conservador britânico, que se opunha à evacuação das tropas inglesas da zona do Canal de Suez.

Desde os fins daquele ano, o governo israelense tem apoiado indiretamente o colonialismo francês na Argélia, hostilizando a FLN, mesmo quando o governo de De Gaulle se dispunha a concluir a paz com a Argélia.

Hoje, os árabes estão convencidos de que Israel apóia o imame Al-Bader, do Iêmen, e a tutela britânica sobre a península arábica. Tanto mais quando, enquanto a maioria dos árabes e em particular os mais progressistas entre os jovens intelectuais, seguiram a linha da mentalidade afro-asiática, Israel identificou-se com uma orientação deliberadamente pró-ocidental.

Isto deve mudar. Se se quer despertar a simpatia para com Israel, Israel deverá libertar-se desse círculo vicioso. Propomos, pois, que Israel mude radicalmente sua atitude ante o nacionalismo árabe. Pensamos que Israel deve orientar-se para fins legítimos e prestar sua ajuda nas aspirações de progresso dos povos.

Tal mudança política irá de encontro, sem dúvida, a uma muralha de ódio e desconfiança. A propaganda árabe a considerará como uma astúcia sionista ou como um novo cinismo maquiavélico. Mas a linguagem dos fatos existe; centenas de gestos baseados numa ofensiva paciente, diminuirão a desconfiança e darão origem a uma nova boa-vontade.

E para isso propomos utilizar o corpo diplomático, os delegados na ONU, a rádio nacional escutada pelos árabes, os amigos estrangeiros oficiais e officiosos.

Os árabes de Israel saberão desempenhar um papel importante na medida em que não sejam mais considerados traidores e vendidos, mas tenham orgulho de ser árabes, intimamente convencidos da possibilidade da cooperação entre Israel e os países árabes. E assim as distintas proposições convergiriam para um único objetivo.

Para que reine a confiança, é necessário exorcizar-se o medo real das populações árabes de uma expansão israelense pela força.

Mas isto só ocorrerá quando Israel proponha integrar-se numa confederação regional, agrupando os países árabes, Israel e outras entidades, com o Curdistão (se chegar a nascer).

Tal federação liquidará a desconfiança recíproca, formando um comando militar sobre o modelo da OTAN ou do Pacto de Varsóvia, diminuindo progressivamente os efetivos dos seus exércitos e suas reservas

de armas, pondo fim à corrida armamentista, onerosa e perigosa, e poder-se-á mesmo alcançar a desnuclearização da região, sob uma supervisão recíproca.

Ninguém no Oriente Médio tem muita fé nas promessas de não-agressão, mas poder-se-á criar uma força especial que evite todo ataque eventual, pondo sob contróle os meios militares pela recíproca troca de segredos militares.

A idéia desta confederação de Estados que poderá chamar-se “semita”, pelas suas tradições culturais e pelo seu parentesco lingüístico, constitui algo mais que um meio de diminuir o perigo de guerra. Trata-se de um projeto construtivo que poderá utilizar as possibilidades comuns de árabes e judeus, inaproveitadas há já duas gerações. E isto será possível, se pusermos fim à guerra fratricida entre semitas.

Chegamos agora ao ponto essencial, tanto do ponto-de-vista positivo, como do negativo. A luta fratricida que vem destroçando os semitas há duas gerações constitui a realidade fundamental da nossa vida comum. Ela tem retardado o desenvolvimento do mundo árabe e se bem tenha provocado revoluções (por coincidência, Shishakly, Nasser, Kassem e Aref lutaram na Palestina em 1948), quando o nacionalismo árabe superou o seu estágio de formação, deu lugar a um conflito que abriu as portas da região a ingerências estrangeiras, ocidentais e comunistas e os pequenos povos que lutam entre si têm acabado por fazer o jôgo das grandes potências.

Em uma região destroçada, se um lado pede ajuda a uma grande potência, o outro se vê obrigado a apoiar-se na potência rival. Inversamente, os setores unificados poderão obstruir definitivamente a marcha imperialista. Uma região despedaçada não tem nenhuma oportunidade. Atualmente, a nossa região depende das grandes potências que a abastecem de armas e a ajudam, em troca dos enormes lucros obtidos dos campos de petróleo.

Este é um aspecto do conflito. O outro se situa no plano interno: não se podem desalojar os regimes reacionários enquanto durar esta guerra regional. Toda revolução se perderá dentro de complicações externas. Um exemplo frisante — a revolução contra o regime hachemita da Jordânia ainda não eclodiu, embora tudo estivesse preparado para tal, pelo medo de que Israel a utilizasse como pretexto para ocupar a margem esquerda do Jordão. A RAU não estaria também disposta a lutar se a presença de Israel não o houvesse privado da continuidade territorial.

Sem esta guerra, o mundo árabe poderia ter mobilizado todos os seus esforços para liberar seus recursos naturais (principalmente, o petróleo) da exploração estrangeira, que se apóia nos reacionários locais. E isto lhes haveria assegurado imensas possibilidades de desenvolvimento.

Esta luta fratricida atrofia as forças intelectuais e morais dos dois adversários. Encaminha-os na direção de horizontes estéreis. Quando se-

ria necessário que as aspirações, a energia e o dinamismo de todos os povos da região, neste instante decisivo, se concentrassem num esforço gigantesco para passar do subdesenvolvimento à prosperidade técnica, os homens mais bem dotados se transformam em generais em vez de em engenheiros.

Nós, os israelenses que desejamos a paz, sempre opor-nos-emos aos árabes que pensam — “Para que precisamos a paz? Podemos passar sem ela! Nossos pais esperaram duzentos anos antes de vencer os Cruzados e de atirar ao mar seus últimos remanescentes, em São João d’Acre. Estamos igualmente dispostos a esperar dois séculos, se fôr necessário, para liquidar Israel”.

Um pensamento tão pessimista só pode conduzir ao desastre, como todo pensamento que, comparado à mulher de Lot, olhasse para trás. Não vivemos na Idade Média. Os países do Oriente Médio não usam mais espadas nem lanças, mas se deixam levar à compra febril de armamentos custosos, e as conseqüências disto poderão ser trágicas. Nossa região se encontra já na era da fissão nuclear; tarde ou cedo entrarão no redemoinho desta guerra as armas atômicas e a conseqüência será a destruição total dos dois adversários. Tal perspectiva, não a vêem os pioneiros do nacionalismo árabe?

Deveremos aceitar uma atitude bélica que privará o Oriente Médio de toda a esperança de converter-se em países industriais, nas décadas vindouras?

Finalmente, formulo esta questão: — Que teria sucedido se os dois grandes movimentos nacionais, a nação hebraica e as nações árabes, houvessem reunido suas forças desde o início, ou se ao menos houvessem terminado a guerra de 1948 mediante concessões recíprocas que conduzissem à união e à colaboração estreita entre os países da região? (Estou convencido que isto teria sido possível se os dirigentes israelenses em vez de contentar-se com os territórios evacuados pelos seus habitantes, houvessem aproveitado esta ocasião única para impressionar favoravelmente o mundo árabe, propondo-lhe uma paz honrosa). Seria, por acaso impossível, depois da saída dos ingleses da Palestina, pôr fim à descolonização, expulsando os aventureiros estrangeiros e os reacionários locais?

Teríamos podido, talvez, organizar uma economia integrada, dispondo de um importante mercado, graças à exploração das riquezas petrolíferas e minerais de nossos países, somada à utilização dos contactos internacionais de Israel e à mobilização pelos judeus estrangeiros de capitais destinados ao desenvolvimento de toda a região.

Não haveria sido maior o prestígio de Nasser se houvesse então aparecido no cenário mundial, não como chefe de alguns países árabes, mas de toda uma região unificada, povoada por árabes e hebreus, unidos pela boa vontade internacional de ajudarem-se uns aos outros? Para mim esta não é uma questão retórica. Isto que não aconteceu anteriormente, pela trágica herança do passado, poderá realizar-se no futuro, por

uma nova geração que saiba enfrentar racionalmente os percalços da realidade. Em sua *Filosofia da Revolução*, Nasser menciona os três "círculos" nos quais se integra o seu país e no seio dos quais deve desenvolver-se: árabes, muçulmanos e africanos. Também é possível falar-se de três círculos em Israel: o regional, o judaico e o afro-asiático. Na realidade, nem o Egito nem Israel alcançaram uma vitória decisiva no interior dos seus círculos, pois tanto o Egito como Israel dependem de um mesmo problema — o círculo vicioso de uma guerra fratricida entre semitas. Como no *Huis-Clos*, de Jean-Paul Sartre, encontramos-nos encerrados nesse círculo que significa o inferno tanto para uns como para outros.

Hebreus e árabes, a missão da nossa geração e das novas forças de todos os países da região consiste em sair de tal círculo vicioso, a nós legado pelos antepassados.

### *A FRATRICIDAL WAR BETWEEN SEMITES*

*The title of this paper is a clear indication of the authour's position with regard to the Situation in the Middle East. Uri Avnery is politician in Israel as well as being the authour of several articles. He speaks against the fratricidal war between Jews and Arabs which he sees as weakening both sides.*

*In conclusion he addresses himself to both peoples: "Jews and Arabs it is the duty of the countries of the region to extricate ourselves from the vicious circle we inherited from our forefathers".*

### *UNE GUERRE FRATRICIDE ENTRE SÉMITES*

*Le titre de cet écrit montre bien clairement son contenu et la position de l'Auteur devant les problèmes de la Palestine actuelle. Militant politique en Israel et auteur de plusieurs ouvrages, Uri Avnery défend la paix entre Juifs et Arabes, en se prononçant contre la lutte fratricide qui, d'après lui, affaiblit les deux côtés. A la fin de son article Uri Avnery écrit: "Hébreux et Arabes, la mission de notre génération et des nouvelles forces de tous les pays de la région consiste à sortir du cercle vicieux que nos ancêtres nous ont légué".*